

## DOCTRINA

### Natureza da Sentença Condenatória e Contagem do Prazo dos 15 Dias - art. 475-J do CPC

Athos Gusmão Carneiro

*Ministro do STJ Aposentado. Presidente do Conselho do IBDP. Advogado.*

#### I - Da Natureza da Sentença Condenatória, no Sistema Atual

1. Pela nova sistemática, decorrente da Lei 11.232/2005, ao condenar o réu ao cumprimento da obrigação de pagar quantia certa, o juiz estará a ele assinando o prazo de 15 dias - art. 475-J, para que efetue voluntariamente o pagamento do valor devido. No caso de sentença ilíquida, contar-se-á o prazo da publicação da decisão que em liquidação de sentença fixar o *quantum debeatur*.



Assim, pelo sistema agora vigente, a sentença condenatória não supõe apenas a eficácia *declaratória* - no afirmar a existência da relação jurídica que impõe ao réu uma prestação em favor do demandante, e a eficácia *constitutiva* - porquanto a sentença é uma “novidade” no plano jurídico, constitui-se em “título executivo”, antes inexistente.

A sentença condenatória, consoante a Lei 11.232, art. 475-J, passou a revestir-se também de imediata eficácia *executiva*, ou seja, autoriza por si só o emprego, a simples “requerimento” da parte credora, dos meios executórios necessários à sua efetiva satisfação, sem que se faça necessário o ajuizamento de nenhum outro sucessivo processo<sup>1</sup>.

E, quicá o mais relevante, a sentença condenatória veio a revestir-se de predominante eficácia mandamental, pois seu “plus” característico, seu conteúdo essencial consiste na “*ordem*” do juiz ao réu sucumbente, no sentido de que este efetue o pagamento devido ao autor vitorioso.

2. Parece-nos, portanto, que o renovado ordenamento processual veio finalmente a dar resposta adequada às persistentes indagações relativas à “questão árdua, e para a qual não há solução satisfatória a vista, a estrutura da condenação” (Araken de Assis, estudo na coletânea *Aspectos Polêmicos da Nova Execução* - 3, coord. Teresa A. A. Wambier, RT, São Paulo, 2006, pp. 11 e ss.; Barbosa Moreira, “Reflexões Críticas sobre uma Teoria da Condenação Civil”, *Temas de Direito Processual*, Saraiva, 1977, pp. 72 e ss.).

Araken de Assis, no citado estudo, faz remissão à doutrina alemã, que apresenta esclarecedora resposta, simples e direta, no alusivo à “estrutura” da condenação:

<sup>1</sup> Como escreve a ilustre processualista Teresa A. A. Wambier, o principal efeito da sentença executiva “*latu sensu*” não é formar o título executivo, é ser exequível no próprio processo em que foi proferida, não reclamando portanto, para as alterações no plano dos fatos, a existência de posterior processo de execução (*Nulidade do Processo e da Sentença*, 6ª ed., RT, 2007, pp. 93-94).

esta se forma, além da *declaração* da existência da responsabilidade, pela “*ordem de prestar*” dirigida ao réu (Leo Rosenberg, Karl Heinz Schwab, *Zivilprozessrecht*, 11ª ed., Munique, 1974, parágrafo 93, I, 1, p. 461). Cumpre repetir: “*ordem de prestar*”.

Cassio Scarpinella Bueno a respeito afirma, com veemência, ser “mais do que hora que entendamos, todos, que o juiz *manda* quando decide; não *pede*, nem *faculta* nada ... (...) ... assim, o devedor *tem de pagar* a quantia identificada na sentença, assim que ela estiver liquidada e não contiver nenhuma condição suspensiva, isto é, assim que ela tiver aptidão de produzir seus regulares efeitos” (estudo na coletânea *Aspectos Polêmicos da Nova Execução de Títulos Judiciais*, RT, 2006, p. 136). A sentença não é um parecer, mas um “comando” da autoridade (Humberto Theodor Jr., *As Novas Reformas do Código de Processo Civil*, Forense, 2006, p. 126).

## II - A Sentença Condenatória não mais exaure o Processo; a “Ação” é uma só e Única

3. Portanto, pela nova sistemática, não mais é cabível cogitar (com a vênia de mui respeitáveis opiniões em contrário) de “*ação de liquidação de sentença*”, ou, ainda, de “*ação de execução*” decorrente do “requerimento” mencionado no art. 475-J (aliás, simples requerimento de “impulso processual”).

O autor, ao formular, o pedido inicial, já exerce em toda plenitude a sua *ação*, pela qual postula ao Estado lhe seja efetivamente entregue o bem da vida a que se considera com direito; citado, o réu está citado para a fase de conhecimento, para as fases recursais, para a (eventual) fase de apuração do *quantum debeatur*, para a fase de preparação e atuação dos meios executórios.

No seguro magistério de Humberto Theodoro Jr., a reforma

“ao extinguir a *actio iudicati* aboliu, também, a liquidação como ‘ação’ contenciosa cognitiva entre o encerramento do processo principal e a abertura do processo de execução. Assim como os próprios atos de cumprimento da sentença deixaram de ser objeto de ação separada (*actio iudicati*), também os atos de liquidação passaram à condição de simples incidente complementar da sentença condenatória genérica. Não há mais uma nova sentença de mérito (...) Embora sob a forma de decisão interlocutória (art. 475-G), o tema enfrentado integra a questão genuinamente de mérito, por versar sobre um dos elementos da lide. Não deixará, portanto, de produzir a coisa julgada material.” (*Curso de Direito Processual Civil*, 39ª ed., Forense, 2006, nº 682-a)

Também Antônio Carlos Marcato, com o asserto de que

“desapareceu o corte, ou ruptura, resultante da anterior necessidade de formação de processo próprio para a liquidação (processo de conhecimento + processo de liquidação + processo de execução), tudo se operando, agora, sincreticamente, em um só processo (sentença com resolução de mérito + liquidação + cumprimento de sentença)” (estudo na coletânea *A Nova Execução de Títulos Judiciais*, coord. Sérgio Renault e Pierpaolo Bottini, Saraiva, São Paulo, 2006, p. 116; coletânea *Temas Atuais da Execução Civil - Estudos em Homenagem ao Professor Donaldo Armelin*, Saraiva, 2007, p. 103).

4. Vale, portanto, reafirmar que ao ajuizar a petição inicial, formulando seu pedido e rogando ao Estado a tutela jurisdicional, o autor estará exercendo, desde logo

e integralmente, toda a pretensão que lhe assiste: a de ver seu (afirmado) direito reconhecido, quantificado e cumprido. *A ação é uma só e única*, sendo desnecessário cogitar, ante a nova legislação, de teóricos desdobramentos. A ação, como com excelência expõe Luiz Guilherme Marinoni, não mais se exaure com a sentença de procedência condenatória, mas prossegue, sempre a “mesma ação”, veiculada na mesma relação jurídica processual, até a final satisfação do demandante com a efetiva tutela do direito material (*Teoria Geral do Processo*, RT, 2006, nº 5.89, pp. 261-265).

No dizer de Ada Pellegrini Grinover, não mais existe no processo brasileiro a “*sentença condenatória pura*”, ou seja, aquela cujo cumprimento exige processo autônomo; impende, no entanto ressaltar aqueles casos - previstos no art. 475-N, parágrafo único - em que a sentença é proferida fora do processo civil estatal brasileiro: assim a sentença penal condenatória com efeitos no plano cível, a sentença arbitral condenatória, a sentença estrangeira condenatória homologada pelo STJ (vide estudo na coletânea *A Nova Execução de Títulos Judiciais*, coord. Sérgio Renault e Pierpaolo Bottini, Saraiva, São Paulo, 2006, p. 261; na coletânea *Temas Atuais da Execução Civil - Estudos em Homenagem ao Professor Donaldo Armelin*, Saraiva, 2007, pp. 3-5), e exceto, por enquanto, os casos de execução contra a Fazenda Pública e de pretensão a alimentos (art. 730, art. 733).

Confirma Cassio Scarpinella Bueno que há uma “ordem” contida na condenação judicial e, portanto, “o devedor deve pagar a quantia identificada na sentença, assim que ela estiver liquidada e não contiver nenhuma condição suspensiva” (*A Nova Etapa da Reforma do CPC*, Saraiva, 2006, pp. 72-73), correndo o prazo mesmo quando a hipótese comportar ainda apenas a execução provisória (*ibidem*, p. 77).

5. Assim, na sentença condenatória por quantia líquida (ou após obtida a liquidação da sentença), o novo art. 475-J do CPC expressamente alerta para o *tempus iudicati* de 15 dias, concedido para que o réu cumpra voluntariamente sua obrigação, ou seja, para que *obedeça à ordem do juiz*, sob pena de pagamento de multa no percentual de 10% sobre o montante da condenação.

Esta norma legal revela e concretiza a nova sistemática, de ação “sincrética” (cognição + execução no mesmo processo), pela qual a sentença de procedência, com a condenação do réu ao pagamento de determinada quantia, passou a ser dotada de atuante e imediata eficácia *mandamental* e, descumprida a ordem, imediata eficácia *executiva*.

### III - Do *Dies a Quo* na Contagem do Prazo para o Cumprimento Voluntário da Sentença

6. Da natureza *essencialmente mandamental* da sentença condenatória em obrigação de pagar decorrem portanto consequências relevantes, inclusive e notadamente no concernente à *contagem do prazo (dies a quo) de 15 dias para o pagamento*, para o desejável cumprimento voluntário da ordem judicial pelo devedor.

A respeito do termo *a quo* do prazo de 15 dias que a Lei - art. 475-J - prevê para o pagamento voluntário, destarte sem a imposição da multa, é possível relacionar diferentes posições doutrinárias.



A) Em primeiro, os que aceitam a orientação (aliás por nós preconizada) de que o prazo de 15 dias simplesmente *corre da data da exigibilidade da sentença*, quer porque a sentença (ou o acórdão) transitou em julgado, quer porque o recurso interposto foi recebido com efeito apenas devolutivo.

Assim vejo a decidir o STJ no REsp nº 954.859, constando da ementa que “transitada em julgado a sentença condenatória, não é necessário que a parte vencida, pessoalmente ou por seu advogado, seja intimada para cumpri-la. Cabe ao vencido cumprir espontaneamente a obrigação, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de 10%.” (3ª Turma, rel. Min. Gomes de Barros, j. 16.8.2007, *v.u.*)

Este precedente resultou confirmado inúmeras vezes. Assim, *v.g.*, para apontar arestos os mais recentes, a 1ª Turma, com o asserto de que “revela-se desnecessária a intimação da parte, quer pessoal, quer pelas vias ordinárias, para esse mister, máxime porquanto a satisfação da obrigação é subjacente ao trânsito em julgado da sentença, cuja comunicação é obrigatória” (da ementa, Ag. Reg. no REsp nº 1.080.716, rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 15.10.2009); a 2ª Turma, sob a afirmação de que “não é necessária nova intimação do devedor para o cumprimento voluntário da sentença condenatória, bastando a publicação do julgado na imprensa oficial. Isso se faz em nome dos advogados das partes. Além disso, se o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa, deixar de efetuar-lo no prazo de quinze dias, deve ser aplicada multa no percentual de dez por cento sobre o valor da condenação, assim como prescrito no art. 475-J do CPC” (da ementa REsp nº 1.128.314, rel. Min. Castro Meira, j. 17.09.2009); a 3ª Turma, ao proclamar que “no que tange à alegada ofensa ao art. 475-J do Código de Processo Civil, o entendimento proclamado por esta Corte é no sentido da desnecessidade de intimação pessoal do devedor para o cumprimento da sentença que o condena por quantia certa ou já fixada em liquidação” (da ementa REsp nº 1.128.787, rel. Min. Sidnei Beneti, j. 1º.10.2009); da 4ª Turma, reiterando que “a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC independe de intimação pessoal do devedor” (da ementa Ag. Reg. no AI nº 1.065.014, rel. Min. Aldir Passarinho Jr., j. 22.9.2009).

A mesma posição foi acentuada, em sede doutrinária, por Araken de Assis:

“... o prazo flui da data em que a condenação se tornar exigível. Logo, se aplicará tanto na execução definitiva quanto na provisória. É o que se extrai da locução ‘condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação’ (art. 475-J). Não se previu qualquer intimação pessoal executado, ou do seu advogado, como termo inicial do prazo.” (*Manual da Execução*, 11ª ed., RT, São Paulo, nº 31.3, p. 193; ainda *Cumprimento da Sentença*, 2ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2009, nº 79, p. 217)

Igualmente José Roberto Bedaque (“Algumas Considerações sobre o Cumprimento da Sentença Condenatória”, *Revista do Advogado - AASP* nº 85, maio de 2006, p. 73); Ernani Fidelis dos Santos (*As Reformas de 2005 do CPC*, Saraiva, 2006, p. 54); Petrônio Calmon (estudo na coletânea *A Nova Execução de Títulos Judiciais*, Saraiva, São Paulo, 2006, pp. 101-103<sup>2</sup>); Guilherme Rizzo Amaral, *IOB*

<sup>2</sup> Petrônio Calmon, nesse estudo, alude aos casos em que o trânsito em julgado ocorre em segundo grau ou perante as Cortes Superiores, considerando vazio de efeitos o usual “*cumpra-se o v. acórdão*”; e escreve que: “Normalmente os autos do processo somente chegarão à comarca de origem após o decurso do prazo de quinze dias. Isso não altera

51/199; Marco Antônio Ribas Pissumo, *IOB* 51/210; e Cleber Reis de Oliveira e Antonio Carlos Carpes Hochmüller Junior, *Revista Dialética de Direito Processual* 59/22-24.

Uma variante mais “rigorosa” desta corrente prevê que o prazo dos 15 dias passe a correr da intimação do advogado da prolação da sentença (ou do acórdão), sendo portanto esse prazo simultâneo com o prazo recursal (Bruno Garcia Redondo, *Revista Dialética de Direito Processual* 59/13-14).

B) Uma segunda corrente basicamente comunga do mesmo entendimento, de que o prazo quinzenal deva *correr automaticamente a partir do trânsito em julgado da condenação*, mas com a restrição de que a multa não seria exigível em *execução provisória*.

Assim, v.g., sustenta Carlos Alberto Alvaro de Oliveira:

“... a meu parecer, a multa decorre do fato objetivo do trânsito em julgado da decisão condenatória. Consolidada a dívida, passa esta a ser exigível na sua plenitude, sem qualquer condicionamento, começando então a correr o prazo de quinze dias estabelecido no *caput* do art. 475-J, *independentemente de qualquer intimação*.” (A *Nova Execução*, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira *et alii*, Forense, 2006, p. 195).

Igualmente Humberto Theodoro Jr., a saber:

“Para evitar a multa, tem o devedor de tomar a iniciativa de cumprir a condenação no prazo legal, que flui a partir do momento em que a sentença se torna executável (...) Há, porém, um prazo legal para cumprimento voluntário pelo devedor, *que corre independentemente de citação ou intimação do devedor*. A sentença condenatória líquida, ou a decisão de liquidação da condenação genérica, abrem, por si só, o prazo de quinze dias para o pagamento do valor da prestação devida. É do trânsito em julgado que se conta dito prazo, pois é daí que a sentença se torna executável.” (As *Novas Reformas do Código de Processo Civil*, Forense, 2006, pp. 143/145; *Processo de Execução e Cumprimento da Sentença*, 26ª ed., Leud, 2009, nº 490, pp. 580-581) Ainda José Maria Rosa Tesheiner, “Execução de Sentença: Regime Introduzido pela Lei 11.232/2005”, *Revista Jurídica* nº 343, pp. 17 e ss.).

Nesta corrente, todavia, alguns preconizam que em se tratando de execução provisória, o prazo venha a correr da data da intimação do executado sobre tal execução (Gilson Delgado Miranda *et alii*, artigo na coletânea *Aspectos Polêmicos da Nova Execução de Títulos Judiciais*, RT, 2006, pp. 193-194); aliás, vários doutrinadores afastam a incidência da multa nos casos em que caiba execução provisória (Humberto Theodoro Jr., *Processo de Execução...*, cit., nº 489, pp. 578-579). Para Christian Barros Pinto, “o trânsito em julgado da decisão condenatória é o ponto de referência para início do prazo para pagamento espontâneo do débito”, fluência automática; entretanto, no caso de execução provisória, sustenta que o prazo dos 15 dias para o cumprimento voluntário do julgado passa a fluir da intimação ao executado de que foi iniciada tal execução (*Revista Dialética de Direito Processual* 72/9).

a obrigação do jurisdicionado de pagar a quantia até quinze dias após o trânsito em julgado. . (omissis) ... Se os autos encontram-se em tribunal, ambas as partes têm o dever de acompanhá-lo e, por certo, é de onde estiverem os autos que começará a correr o prazo, e, consequentemente, o devedor deverá estar preparado. Se esse dispositivo cair no vazio por conta da ingenuidade dos magistrados ou por conta da desídia dos advogados dos credores, estar-se-á prestando um enorme desserviço à nação, estar-se-á proporcionando um enorme retrocesso”. *Contra*, Cassio Scarpinella Bueno, A *Nova Etapa da Reforma do CPC*, Saraiva, 2006, p. 78; Paulo Afonso de Souza Sant’Anna, *Revista de Processo* 139/167.



Em se cuidando de trânsito em julgado em segunda instância, Theodoro Jr. entende que o tempo necessário para o retorno do processo à origem configurar-se-á como um “obstáculo judicial, cuja consequência necessária é a suspensão do curso do prazo até os autos retornarem ao juízo competente para a execução”, como se prevê no art. 180 do CPC” (*Processo de Execução...*, cit., nº 490, p. 581).

C) São diversos os processualistas para os quais o termo *a quo* do prazo de 15 dias será a data em que o advogado do réu venha a ser intimado para cumprir a sentença (se desta não houve recurso) ou o acórdão, pressupondo-se neste segundo caso o retorno dos autos ao juízo de origem e a intimação do advogado do usual despacho “cumpra-se o v. acórdão” (Cassio Scarpinella Bueno, *A Nova Etapa da Reforma do CPC*, v. I, Saraiva, 2006, nº 04; Carlos Alberto Carmona, artigo em *A Nova Execução de Títulos Judiciais*, Saraiva, 2006, pp. 64-65). Para Gilberto Gomes Bruschi, é necessária a intimação do devedor, “mas apenas por meio de publicação na imprensa oficial”, ficando assim ciente o respectivo procurador (*Revista Dialética de Processual* 72/42).

Com esta orientação, acórdão da 1ª Turma do STJ, interpretando o art. 475-J, do CPC, julgou *desnecessária a intimação pessoal da parte* para autorizar o cumprimento da sentença, porquanto “vem sendo decidido por esta Corte acerca da *quaestio iuris*, no sentido de ser suficiente a *intimação do procurador da parte* para fins de cumprimento da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa, sob pena de multa, sem a necessidade de intimação pessoal”, não sendo outrossim necessária a outorga de procuração “com poderes específicos para que o patrono possa receber a intimação para o cumprimento da sentença” (REsp nº 1.080.939, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 2.3.2009).

D) Por fim, aqueles doutrinadores que sustentam a necessidade da “*intimação pessoal*” do devedor condenado (até, para alguns, com a exigência de mandado intimatório), a fim de que tenha início o prazo para o pagamento voluntário do montante da condenação (José Miguel Garcia Medina, Luiz Rodrigues Wambier e Teresa A. A. Wambier, *Revista de Processo* 136/289, IOB 42/71; Alexandre Freitas Câmara, *Lições de Direito Processual Civil*, v. II, 14ª ed., Lumen Juris, 2007, pp. 353-354. *A Nova Execução de Sentença*, 3ª ed., 2006, p. 115; Sérgio Shimura, coletânea *Aspectos Polêmicos da Nova Execução - 3...*, cit., p. 567). O argumento maior é o de que se cuida de *ato da parte*, de ato material de cumprimento da obrigação, devendo pois ser o réu “previamente advertido quanto à consequência negativa do descumprimento da obrigação” (*Revista de Processo* 136/290-291).

Esta orientação, roga-se muita vênia para dizê-lo, vem de encontro aos propósitos que inspiraram a reforma e ao que consta da lei; realmente, com a mera substituição formal da “citação” pela “intimação pessoal”, ficará mantido um dos piores “pontos de estrangulamento”, que tanto retardavam a execução sob o antigo sistema. Aliás, “encontrar” o réu, nesta etapa processual, máxime quando abonado e dispondo de facilidades de deslocamento, pode ser tarefa árdua, com precatórias itinerantes cruzando o País (e disso temos muitos exemplos na prática do foro). Com efeito, no plano teórico a *intimação da sentença condenatória ao advogado do réu* é o que basta a que o réu seja considerado como plenamente ciente da ordem de pagamento; no plano pragmático, a exigência representará uma “ressurreição”, sob

outra roupagem, dos formalismos, demoras e percalços que a nova sistemática quis eliminar do mundo processual.

7. *Vamos resumir nosso ponto de vista.* Partamos da constatação de que, prolatada a sentença, *dela são partes necessariamente intimadas*, e de tal intimação correrá o prazo para a interposição dos recursos cabíveis (CPC, art. 506). Com essa intimação, portanto, as partes (por seus advogados, bastantes procuradores em juízo) *ficam cientes do inteiro teor da prestação jurisdicional*, e dela não podem alegar ignorância. Não há como considerar difícil para o devedor controlar a data exata do trânsito em julgado da sentença (ou do acórdão); cuida-se “de um ônus da parte, e ao seu advogado compete justamente estar atento à marcha do processo para instruir o cliente sobre os ônus e obrigações dele decorrentes” (Humberto Theodoro Jr., *Processo de Execução...*, cit., nº 490, p. 581).

Não assiste pois razão, *data venia*, àqueles que (quicá ainda influenciados por ideias inerentes ao sistema pretérito)<sup>3</sup>, sustentam a necessidade de que o demandado seja “novamente” intimado (pessoalmente, ou por intermédio de seu advogado). para que fique “em mora” (?) e comece a fluir. só então, o prazo dos 15 dias para o voluntário cumprimento da sentença. Como escreveu Theodoro Jr.,

“intimado, portanto, o advogado do devedor acerca da sentença publicada, intimado automaticamente estará aquele em cujo nome atua o representante processual. Não há, pois, duas intimações - uma do advogado, e outra da parte - para que o prazo de cumprimento da sentença condenatória transcorra” (*Processo de Execução...*, cit., 26ª ed., nº 489, p. 579).

Assim, o *subsequente* prazo de 15 dias (propositadamente um largo prazo, a fim de permitir e facilitar ao devedor o pagamento voluntário) passa automaticamente a fluir, nos exatos termos da lei, *independentemente de quaisquer “novas” intimações*, a partir da data em que a sentença (ou o acórdão que a substitua - art. 512 do CPC) se torne *exequível*. Melhor: este prazo corre a partir da data em que a *ordem do juiz*, a cujo respeito (como exposto) nenhum dos sujeitos do processo pode em boa-fé alegar desconhecimento, se torne exigível ao réu, quer por haver *transitado a sentença em julgado*, quer porque da sentença (ou do acórdão) haja sido interposto *recurso recebido sem efeito suspensivo*.

<sup>3</sup> O próprio José Miguel Garcia Medina, aliás, enfatizou que “não é possível analisar um problema *novo* valendo-se de uma metodologia *antiga*, assim como não se pode empregar os antigos conceitos jurídicos para explicar os novos fenômenos. Esta opção metodológica tem o grave defeito de, ao invés de elucidar os problemas, turvá-los, transmitindo a falsa idéia de que não houve alguma transformação ou evolução no direito processual civil” (*Execução Civil*, 2ª ed., RT, 2004, p. 25).